



CÂMARA MUNICIPAL

RUA ANTONINA JUNQUEIRA, 195 – CAIXA POSTAL 148

FONE/FAX: (19) 3634-4111

13870-200 – SÃO JOÃO DA BOA VISTA – S.P.

www.camarasjbv.sp.gov.br

Ofício nº 122/2018-dv

29 MAI 2018

São João da Boa Vista, 3 de maio de 2018.

Excelentíssimo Senhor
Senador Eunício Oliveira
Presidente do Senado Federal
Praça dos Três Poderes
70165-900 - Brasília - DF

Comissão de Educação
e Esporte

Junte-se ao processado do

PLS

nº 278 de 2016

Em 1/1

Transcrevo na íntegra a **Moção nº 15/2018**, de autoria da **Vereadora Maria Cândida de Oliveira Costa**; aprovada na Sessão Ordinária realizada no dia 2 deste mês.

MOÇÃO DE REPÚDIO Nº 15/2018

Solicitamos a Casa, após ouvido o Douto Plenário, o envio desta **Moção de Repúdio** contra o Projeto de Lei do Senado nº 278/2016, de autoria do Senador Romário, que altera a Lei nº 13.146/2015, que instituiu a Lei Brasileira de inclusão da pessoa com deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.

A Lei nº 13.146/2015 traz diversos benefícios ao estudante com deficiência, promovendo a verdadeira inclusão, auxiliando-o na superação de barreiras ao permitir o acompanhamento de pessoa que exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção do estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessária, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

A Lei nº 13.146/2015 garante que a oferta de apoio escolar seja de um profissional para cada aluno com deficiência, sendo que a princípio cada sala de aula pode ter apenas uma criança especial, seja a escola pública ou privada obrigada a custear este auxiliar.

Passados anos desde a entrada em vigor da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (LBI), vislumbramos a sua eficácia e avanço nesta área, tornando possível o acesso indiscriminado a todos no ambiente escolar.

O Senador Romário alegando haver necessidade de mudanças na Lei 13.146/2015, apresentou o Projeto de Lei do Senado 278/2016, que ainda está em tramitação mas pode ser colocado em votação a qualquer momento, dispondo que a oferta de profissionais de apoio escolar aos estudantes com deficiência seja na razão de um profissional para cada grupo de até 3



CÂMARA MUNICIPAL

RUA ANTONINA JUNQUEIRA, 195 – CAIXA POSTAL 148

FONE/FAX: (19) 3634-4111

13870-200 – SÃO JOÃO DA BOA VISTA – S.P.

www.camarasjbv.sp.gov.br

alunos, comprovando uma grande falta de conhecimento das necessidades desses alunos e tornando esse trabalho totalmente ineficaz.

O PLS nº 278/2016 abre a possibilidade, legal, de desobrigar a instituição de ensino a admitir os profissionais de apoio, passando ao estudante com deficiência ou sua família a incumbência de contratar o profissional de sua própria escolha, responsabilizando-os integralmente, pelo pagamento de sua remuneração e de quaisquer encargos, sem ônus de qualquer natureza para a instituição de ensino, que apenas irá se responsabilizar por articular o trabalho desse profissional ao seu projeto político-pedagógico e poderá impor a observância de normas internas de conduta profissional aplicáveis aos seus próprios funcionários.

O PLS nº 278/2016 exige a formação do profissional de apoio escolar em nível superior, sendo que atualmente as Universidades do País não se encontram preparadas para qualificar esse profissional, cri com qualquer tipo de deficiência.

Portanto, entendemos que com a aprovação do PLS 278/2016 teremos claramente um retrocesso em todos os progressos já obtidos nos últimos anos com a instituição da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência) Lei nº 13.146/2015, que destinou assegurar e a promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania.

Diante do exposto, solicitamos que esta Moção de Repúdio seja encaminhada ao Excelentíssimo Senhor Senador Eunício Oliveira, Presidente do Senado Federal, bem como a todas as lideranças do Senado Nacional, para que se manifestem contra esta proposta, que se apresenta para nós, o povo brasileiro, um grande atraso, infelizmente.

Solicitamos ainda, que esta Moção de Repúdio seja encaminha as Câmaras Municipais de nossa região administrativa, para que também se posicionem contrárias a esta insolente proposta do Senador Romário (PLS 278/2016).

Plenário Dr. Durval Nicolau, 18 de abril de 2018

Atenciosamente,


GÉRSO ARAÚJO PINTO
Presidente da Câmara Municipal

SENADO FEDERAL
SECRETARIA-GERAL DA MESA

Brasília, 14 de junho de 2018.

Senhor Gérson Araújo Pinto, Presidente da Câmara Municipal de São João da Boa Vista – SP,

Acuso recebimento, nesta Secretaria-Geral da Mesa, do Ofício nº 122/2018-dv, de Vossa Excelência, encaminhado pela Presidência do Senado Federal. Cabe-nos informar que sua manifestação foi remetida à **Comissão de Educação, Cultura e Esporte** do Senado Federal para juntada ao Projeto de Lei do Senado nº 278, de 2016, que *“Altera a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, para dispor sobre o apoio aos educandos com deficiência nas instituições de ensino.”*

Atenciosamente,



Luiz Fernando Bandeira de Mello
Secretário-Geral da Mesa